

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo**

5º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de janeiro a 31 de março de 2020



Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:

06/10/2020

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão, no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2020, com o objetivo de verificar se os resultados pactuados para o período foram alcançados.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Serão apresentados, ainda, os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Foram realizados em conjunto acumuladamente pelos 4 programas 60.022 atendimentos. Ao todo foram atendidas mais de 46 mil pessoas nas diversas modalidades de atendimentos ofertadas nos 4 programas.

Vale ressaltar que as metas estipuladas para o 5º período avaliatório foram baseadas num contexto de ampliação da equipe dos programas e novo planejamento do aditivo assinado em dezembro de 2019 com a mudança técnica em alguns indicadores que culminou na ampliação das metas previstas. Contudo, esse planejamento não foi executado haja vista a necessidade de contingenciamento de recursos já no início da execução do aditivo. Assim, não foi realizada nenhuma expansão de equipe com a contratação de novos profissionais nem de estagiários no período. Ao contrário disso, entre fevereiro e março foram estabelecidos processos de contingenciamento que no mês final do período foram ainda mais promovidos como o início da pandemia. As modificações e reestruturações necessárias devido ao contexto de pandemia foram descritas no Relatório Gerencial do 6º Período Avaliatório. Neste caso, os resultados foram fortemente afetados pela impossibilidade de se implantar o planejamento estipulado e pré-definido no II Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 002/2019.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					5º Período Avaliatório Jan/20 a Mar/20	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	8.550	7.327
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	4	1.920	1.702,33
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	2.400	2.575
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	3.481	3.402,67
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	9.250	9.134
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	35.499	31.451
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	137	56

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados	
			5º Período Avaliatório Jan/20 a Mar/20		
3	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	4	0	-
	3.2	Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	4	0	-
	3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	0	-
4	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	17.400	16.580
	4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	4	72%	72,13%
	4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	745	1.208
5	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	5.400	4.664
	5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	4	78%	73,60%
	5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	345	419
6	6.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	4	100%	100%
	6.2	Percentual de Participação das equipes nas capacitações	4	100%	-
	6.3	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	4	15	10,42

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					5º Período Avaliatório Jan/20 a Mar/20	
7	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	7.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	4	33	31
		7.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	3	3
		7.3	Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	4	0	-
		7.4	Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	4	1	1
8	Gestão da Parceria	8.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	2	100%	
		8.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	2	100%	

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos				
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos				
Meta do período avaliatório		Resultado do período avaliatório		
8.550		7.327		
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório				
<p>Descrição: O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido. Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <p>1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;</p> <p>2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;</p> <p>3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;</p> <p>4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;</p> <p>5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.</p> <p>No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) foram realizados 7.327 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até março de 2020 era de 8.550 a mesma atingiu percentual de 85,69% de realização. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.</p>				
Tabela 1 – Número acumulado de atendimentos por unidade de prevenção – PMC – Janeiro a março de 2020				
UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	57	48	67	172
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	96	61	90	247
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	53	58	53	164
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	28	39	63	130
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	30	13	85	128
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	61	63	38	162
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	21	28	28	79
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	118	56	50	224
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	72	71	42	185
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	62	33	44	139
BELO HORIZONTE-SERRA	73	70	107	250
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	94	67	61	222
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	90	65	47	202
BETIM-CITROLÂNDIA	152	157	102	411
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	96	105	79	280
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	103	103	99	305
BETIM-PTB	68	41	86	195
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	115	135	59	309
CONTAGEM-RESSACA	94	64	140	298
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	73	96	113	282
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	181	123	167	471

IPTATINGA-BETHÂNIA	54	49	81	172
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	55	68	107	230
MONTES CLAROS-CRISTO REI	70	33	21	125
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	65	57	62	184
RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	45	59	72	176
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	60	70	98	230
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	47	42	81	170
SANTA LUZIA-PALMITAL	156	45	140	341
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	56	50	66	172
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	84	71	77	232
UBERLÂNDIA-MORUMBI	81	76	51	208
VESPASIANO-MORRO ALTO	82	70	73	225
TOTAL	2592	2186	2549	7.327

No período entre os meses de janeiro a março de 2020, as equipes do Programa Mediação de Conflitos realizaram 7.327 atendimentos. O período geralmente é caracterizado por uma diminuição da quantidade de atendimentos realizados. Em janeiro de 2020, o Programa realizou 2.593 atendimentos, uma diferença de 257 atendimentos abaixo do esperado se analisarmos somente este mês. Verificou-se isso com 20 das 33 equipes e pode estar relacionado a três principais fatores: 1) a sazonalidade do início do ano, quando ações de rede e de organização comunitária passam por um intervalo em razão da menor disponibilidade de seus participantes em razão do período de férias; 2) o período de férias dos próprios analistas e estagiários do programa, provocando uma redução do tamanho das equipes; 3) direcionamento dos esforços da equipe para realização da avaliação 2019 e planejamento 2020. Equipes que bateram a meta foram aquelas que conseguiram contornar estes fatores e dar início ou continuidade a atendimentos no campo das ações de organização comunitária. Em fevereiro esse valor aumentou para quase 700 tendo em vista o menor número de dias disponíveis para atendimento, com recesso do período de carnaval. Já em março, apesar dos processos estabelecidos para distanciamento social a partir do dia 23, as equipes realizaram uma quantidade de atendimentos compatível com o número de analistas e estagiários disponíveis. Observando mais especificamente as alterações que se apresentaram no período, a partir do dia 23/3/20, todas as equipes PMC passaram a cumprir regime de teletrabalho, permanecendo neste formato entre os últimos 7 dias do mês de março e durante a maior parte do mês de abril.

]

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.920	1.702,33

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:

- 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;
- 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;
- 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;
- 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;
- 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento.

No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) foram atendidas em média 1.702,33 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.920, a mesma alcançou 88,66% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 2 – Média de pessoas atendidas por unidade de prevenção – PMC – janeiro a março de 2020

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA
BELO HORIZONTE-CABANA	41	28	40	36,33
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	73	45	74	64,00
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	30	32	35	32,33
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	24	30	38	30,67
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	20	11	70	33,67
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	44	42	26	37,33
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	18	20	11	16,33
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	48	33	32	37,67
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	55	59	32	48,67
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	36	23	39	32,67
BELO HORIZONTE-SERRA	62	59	86	69,00
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	75	52	45	57,33
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	47	39	31	39,00
BETIM-CITROLÂNDIA	106	114	82	100,67
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	62	86	57	68,33
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	65	82	58	68,33
BETIM-PTB	38	23	56	39,00
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	86	113	50	83,00
CONTAGEM-RESSACA	52	45	103	66,67
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	47	59	103	69,67
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	143	83	103	109,67
IPTATINGA-BETHÂNIA	26	27	58	37,00
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	33	47	52	44,00
MONTES CLAROS-CRISTO REI	62	30	13	35,00
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	42	46	43	43,67
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	37	57	69	54,33
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	37	34	31	34,00
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	37	28	50	38,33
SANTA LUZIA-PALMITAL	131	34	108	91,00
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	36	39	46	40,33
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	53	37	45	45,00

UBERLÂNDIA-MORUMBI	37	46	33	38,67
VESPASIANO-MORRO ALTO	60	58	64	60,67
TOTAL	1.763	1.561	1.783	1702,33

A média de pessoas atendidas no programa está diretamente relacionada com a quantidade de atendimentos realizados. Como descrito no indicador anterior houve uma relativa diminuição no número de atendimentos no período. Isso implicou também na redução da quantidade de pessoas atendidas tanto em atendimentos individuais quanto coletivos. Nos últimos dois anos, os atendimentos coletivos ganharam amplitude na agenda de intervenção das equipes, de modo que a significativa queda neste indicador pode estar associada à brusca interrupção das atividades da equipe nos eixos coletivos de atendimento. Mesmo assim, a programa manteve uma média de pessoas atendidas para o ano compatível com seu quadro de pessoal.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos**Indicador nº 1.3:** Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2.400	2.575

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária;
- 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social;
- 3) Discussão de casos com a rede de proteção social;
- 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa.

Até o mês de março de 2020 do Contrato de Gestão 002/2019 haviam sido realizadas acumuladamente 2.575 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 2.400 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 3 – Número acumulado de ações por unidade de prevenção – PMC – janeiro a março de 2020

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	21	25	24	70
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	23	22	23	68
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	37	33	25	95
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	11	20	35	66
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	10	15	17	42
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	21	20	15	56
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	7	6	7	20
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	31	21	21	73
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	40	21	21	82
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	5	3	6	14
BELO HORIZONTE-SERRA	42	31	42	115
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	33	27	30	90
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	39	38	39	116
BETIM-CITROLÂNDIA	25	19	23	67
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	34	29	34	97
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	41	36	23	100
BETIM-PTB	28	17	25	70
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	54	37	30	121
CONTAGEM-RESSACA	36	15	23	74
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	19	22	26	67
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	36	42	41	119
IPTATINGA-BETHÂNIA	30	18	27	75
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	21	21	39	81
MONTES CLAROS-CRISTO REI	21	13	20	54
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	13	12	20	45
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	26	23	51	100
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	18	19	28	65
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	31	24	23	78
SANTA LUZIA-PALMITAL	60	28	59	147
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	31	17	26	74

UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	30	27	37	94
UBERLÂNDIA-MORUMBI	34	27	24	85
VESPASIANO-MORRO ALTO	18	24	13	55
TOTAL	926	752	897	2.575

Em dissonância com os indicadores 1.1 e 1.2, o número de ações do programa junto às redes de proteção social teve sua realização acima da meta prevista. Entre janeiro e março de 2020, foram realizados 2.575 ações junto à rede de proteção social; uma média de 858 ações por mês. Isso representa uma média de 78 ações por equipe no trimestre ou média de 26 ações mensais por equipe. Este indicador representa o empenho das equipes em se manterem próximas aos serviços da rede de proteção social, construindo encaminhamentos e intervenções garantidoras do atendimento ao público mesmo diante de um cenário no qual a maioria dos equipamentos públicos passou a atuar de maneira remota e com restrição do atendimento presencia a partir do final de março. O acolhimento e acompanhamento dos casos de violência também contribuiu para maior articulação com a rede. Além disso, houve uma modificação na forma de contabilização do indicador com a inclusão de novas categorias o que ampliou seu escopo de avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.1:** Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3.481	3402,6

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local) que extrapolam a dimensão do ofício. As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPC (chamados deicineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os icineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens. As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local e especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto. Este indicador visa mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.

No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) foram realizados em média 3.402,6 encontros de oficinas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 3.481 o valor alcançado atingiu 97,7% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

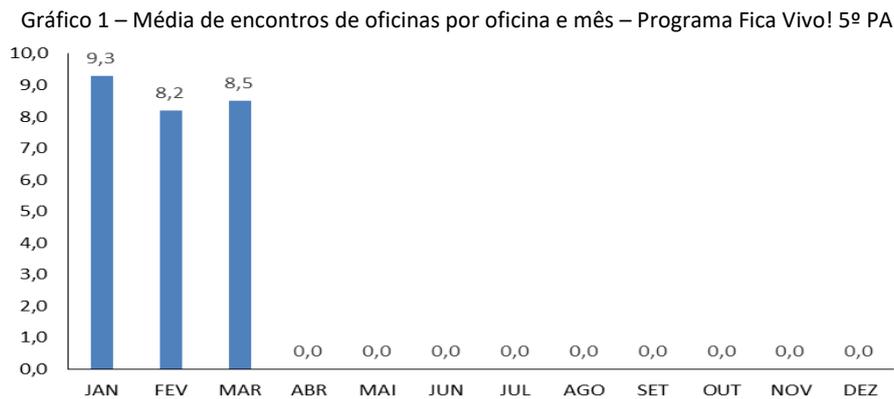
Tabela 4 – Média mensal de encontros de oficinas por unidade de prevenção – Programa Fica Vivo – janeiro a março de 2020

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA
BELO HORIZONTE-CABANA	157	138	157	150,67
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	98	106	120	108,00
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	124	102	108	111,33
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	90	76	95	87,00
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	86	81	87	84,67
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	126	115	129	123,33
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	95	86	92	91,00
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	91	74	80	81,67
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	147	120	131	132,67
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	95	88	85	89,33
BELO HORIZONTE-SERRA	162	137	151	150,00
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	119	117	96	110,67
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	132	104	97	111,00
BETIM-CITROLÂNDIA	117	109	125	117,00
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	101	91	103	98,33
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	157	127	126	136,67
BETIM-PTB	106	108	97	103,67
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	168	136	142	148,67
CONTAGEM-RESSACA	79	72	72	74,33
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	80	81	80	80,33
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	87	73	71	77,00
IPTATINGA-BETHÂNIA	130	112	114	118,67
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	81	72	78	77,00
MONTES CLAROS-CRISTO REI	106	78	71	85,00
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	152	136	110	132,67
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	97	88	107	97,33
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	80	73	63	72,00
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	136	103	107	115,33
SANTA LUZIA-PALMITAL	154	145	104	134,33
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	100	91	94	95,00
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	62	44	68	58,00
UBERLÂNDIA-MORUMBI	62	56	58	58,67
VESPASIANO-MORRO ALTO	96	85	93	91,33

TOTAL	3673	3224	3311	3402,67
-------	------	------	------	---------

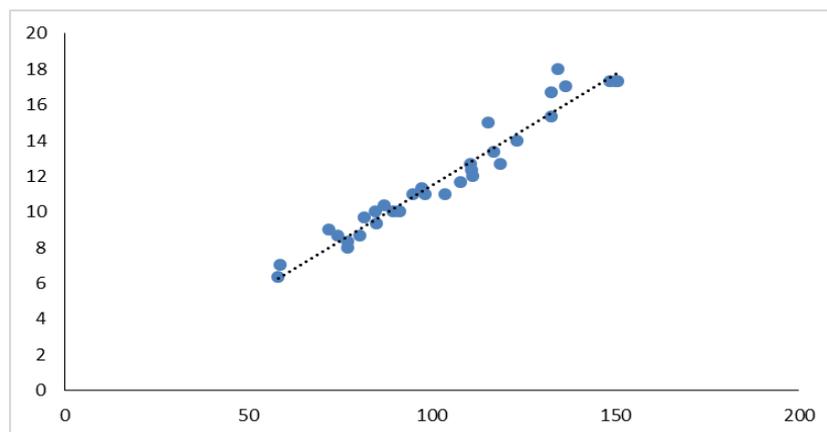
Conforme discutido nos períodos anteriores, este indicador é definido basicamente pela relação entre a quantidade de oficinas em funcionamento e a sua distribuição em termos de números de dias da semana em que os encontros são ofertados. Contratualmente, os oficinairos devem ofertar dois encontros semanais. Assim, para cada mês o resultado esperado desse indicador será dado pela multiplicação da quantidade de oficinas em funcionamento pela quantidade média de encontros esperados por oficina no mês. Assim, nos números descritos acima, as variações na quantidade de encontros ofertados estão associadas diretamente a quantidade de oficinas em execução em cada localidade cuja variação está associada, dentre outros fatores, à dimensão do território, contexto de dinâmica criminal e tamanho da população jovem, etc.

Para ilustrar isso apresentamos dois gráficos abaixo. O primeiro descreve a média de encontros realizados em cada uma das oficinas do programa em cada um dos meses do período avaliatório. O segundo apresenta a relação entre a quantidade de oficinas e a quantidade de encontros executados nelas.



O gráfico 1 descreve qual foi a média de encontros por oficina dentro de cada mês do 5º período avaliatório. Em janeiro foram executadas 395 oficinas no programa com uma média de 9,3 encontros executados em cada uma delas. Em fevereiro foram executadas 393 oficinas com uma média de 8,2 encontros em cada uma delas. Em março foram executadas 389 oficinas com uma média de 8,5 encontros em cada uma delas. Nunca é demais ressaltar que mais de 90% das oficinas funcionam em locais públicos ou comunitários. Sob essa ótica, avaliamos que a parte dos contratos estabelecidos entre Instituto Elo e oficinairos são cumpridos com excelência. Há que se ressaltar também o esforço realizado por este grupo para manter e executar as oficinas oferecendo o oportunizando variadas atividades esportivas e culturais as jovens nas diversas comunidades onde o programa atua.

Gráfico 2 – Dispersão entre a média de encontros de oficinas no período (x) e a média de oficinas executadas no período por UPC – Programa Fica Vivo – 5º PA



Já este gráfico descreve a relação entre a quantidade de oficinas em uma UPC e a quantidade de encontros que ela oferta. Assim, existe quase uma relação linear entre essas duas variáveis, ou seja, quanto maior a quantidade de oficinas em uma localidade, maior será a quantidade de encontros ofertados aos jovens.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
9.250	9.134

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos. Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina nos meses do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.

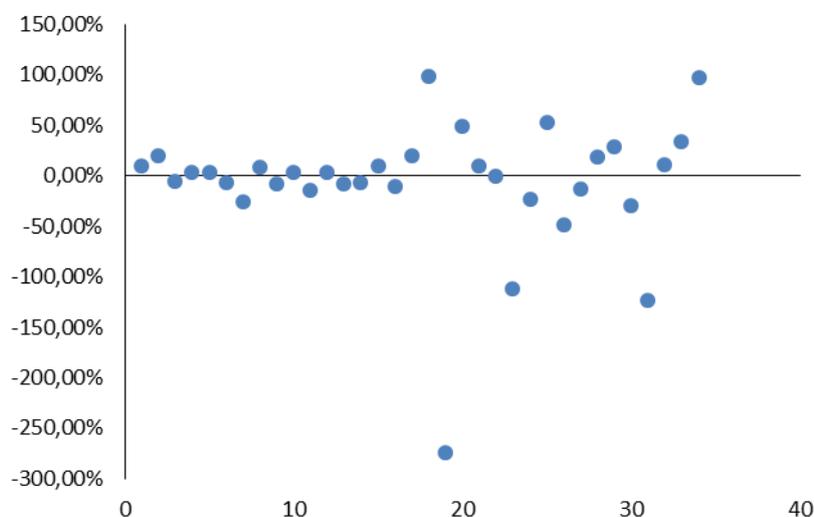
No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) foram atendidos em média 9.134 jovens nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 9.250 a mesma alcançou 98,7% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5 – Média mensal de jovens participantes de oficinas por unidade de prevenção – Programa Fica Vivo – janeiro a março de 2020

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA
BELO HORIZONTE-CABANA	376	385	402	387,7
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	241	251	247	246,3
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	310	304	309	307,7
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	249	258	269	258,7
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	248	223	236	235,7
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	264	253	247	254,7
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	251	256	236	247,7
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	283	273	250	268,7
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	316	276	272	288,0
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	216	194	198	202,7
BELO HORIZONTE-SERRA	285	279	279	281,0
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	306	338	321	321,7
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	343	351	247	313,7
BETIM-CITROLÂNDIA	337	333	342	337,3
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	355	335	345	345,0
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	434	385	395	404,7
BETIM-PTB	281	265	257	267,7
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	493	445	418	452,0
CONTAGEM-RESSACA	145	133	125	134,3
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	219	220	226	221,7
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	198	254	169	207,0
IPATINGA-BETHÂNIA	273	254	213	246,7
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	153	148	159	153,3
MONTES CLAROS-CRISTO REI	163	159	148	156,7
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	371	364	349	361,3
RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	267	267	296	276,7
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	233	231	237	233,7
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	274	285	273	277,3
SANTA LUZIA-PALMITAL	426	437	414	425,7
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	342	356	334	344,0
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	164	152	156	157,3
UBERLÂNDIA-MORUMBI	209	174	204	195,7
VESPASIANO-MORRO ALTO	312	332	322	322,0
TOTAL	9337	9170	8895	9134,0

Este indicador já visa mensurar a quantidade de jovens que são atendidos em cada uma das oficinas ofertadas. No 5º PA, observamos pequena queda no número de oficinas executadas com conseqüente decréscimo da média de jovens participantes em oficinas comparado ao período avaliatório passado. A média de jovens em cada oficina em março foi de 23,64, pouco abaixo do trimestre anterior que foi de 24,04. A média de jovens no período (9134) também ficou um pouco abaixo da verificada no período anterior. Tal como o resultado geral do programa, em algumas UPCs há oscilações nos resultados, boa parte delas está associada à implantação, desligamentos e suspensões de oficinas. Por outro lado, em muitos casos, onde há a manutenção dos números de oficinas, há ou a redução da média de jovens ou a sua ampliação. No gráfico 3 ,apresenta-se a variação da média de jovens atendidos por oficina por UPC. Nele é possível notar que há, em comparação com o período avaliatório anterior (4º PA), tanto ampliação da média de jovens em algumas UPCs quanto redução dela. Conforme dito anteriormente, isso ocorre em função tanto da entrada como saída de oficinas, bem como relativo a mudança de modalidades de oficinas. Se em um período há mais oficinas em modalidades grupais de futebol, por exemplo, a média de jovens será maior. Por outro lado, se há maior proporção de oficinas em modalidades de lutas, por exemplo, a média será menor.

Gráfico 3 – Variação da média de jovens entre 4ºe 5º PA por UPC – Programa Fica Vivo – 5º PA



Vale ressaltar que um aspecto estrutura que define a quantidade de jovens é a quantidade de oficinas limite que podem ser implantadas no programa. No período avaliatório em questão esse limite era de 390. Na sequência do ano uma das medidas adotadas na celebração do III Aditivo ao Contrato de Gestão 002/2017 para ajustar financeiramente a execução do contrato ao orçamento disponível para 2020 foi a diminuição do número de oficinas. No planejamento do ano estava prevista a execução mensal média de 400 oficinas. Na reestruturação do contrato, foi necessário diminuir a quantidade para 280, ou seja, uma redução de 30% no total de oficinas a serem executadas. Isso corresponde em média a uma redução de 2.386 jovens atendidos mensalmente nas oficinas levando-se em consideração a média de jovens atendidos vigentes no 5º PA. Juntamente com essa redução na quantidade de oficinas a serem executadas, as metas também foram ajustadas para a sequência do ano, contudo, até junho vigorou as metas definidas no II aditivo

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
35.499	31.451

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público nas seguintes modalidades:

1) Atendimentos individuais: são realizados pelos Analistas Sociais e se destinam ao seu público foco, ou seja, a adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPC. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre aspectos sociais e subjetivos.

2) Atendimentos Coletivos:

a) Projetos de Oficinas: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes em todas as oficinas no período avaliatório.

b) Projetos Locais: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens.

Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Locais no período avaliatório.

c) Projetos de Circulação: se configuram como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais, por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade.

Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos de Circulação no período avaliatório.

d) Projetos Institucionais: são projetos que se configuram por ser uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS.

Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades (individual e coletivas) definidas acima.

No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) foram realizados acumuladamente 31.451 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 35.499, o percentual alcançado da meta foi de 88,5%. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

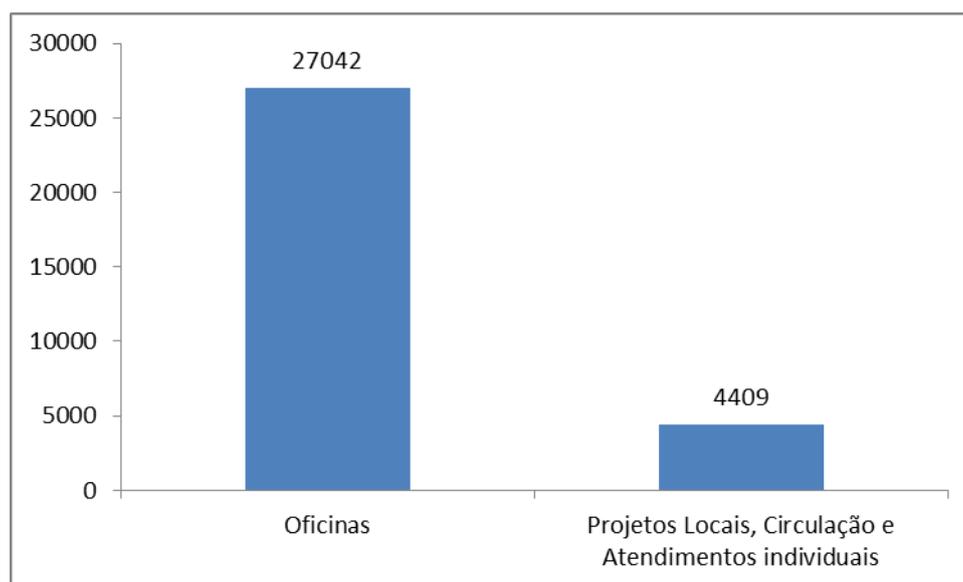
Tabela 6 – Número acumulado de atendimentos por unidade de prevenção – Programa Fica Vivo – janeiro a março de 2020

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	456	440	442	1338
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	276	321	321	918
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	327	313	315	955
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	287	285	324	896
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	309	339	226	874
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	269	270	254	793
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	276	272	256	804
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	334	323	293	950
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	357	304	286	947
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	238	258	203	699
BELO HORIZONTE-SERRA	302	288	285	875
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	347	359	339	1045
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	374	449	270	1093
BETIM-CITROLÂNDIA	385	351	348	1084
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	374	344	354	1072
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	490	411	430	1331
BETIM-PTB	300	304	298	902
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	617	487	432	1536
CONTAGEM-RESSACA	179	157	149	485

GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	269	299	272	840
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	299	412	237	948
IPTATINGA-BETHÂNIA	314	306	260	880
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	176	168	177	521
MONTES CLAROS-CRISTO REI	279	224	183	686
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	463	415	400	1278
RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	296	312	323	931
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	267	282	259	808
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	309	312	289	910
SANTA LUZIA-PALMITAL	448	514	549	1511
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	411	408	396	1215
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	194	181	204	579
UBERLÂNDIA-MORUMBI	236	195	222	653
VESPASIANO-MORRO ALTO	378	367	349	1094
TOTAL	10.836	10.670	9.945	31.451

Neste período, o número absoluto de oficinas diminuiu de 395 em janeiro/20 para 389 em março/20. Isso provocou impacto negativo no número de atendimentos que apresentou uma diminuição média de 8,57% entre janeiro de março. Podemos considerar que talvez este indicador seja o que mais oscile ao longo dos meses devido ao fato da inserção de outras formas de atendimento em sua quantificação. Alguns exemplos destas outras formas de atendimento são os projetos locais e projetos de circulação. O gráfico 4 descreve a quantidade de atendimentos no programa por modalidade. É possível notar que no período, 86% dos atendimentos no programa consistem em jovens atendidos nas oficinas e que 14% aproximadamente se referem aos atendimentos nas outras modalidades como em projetos locais, atendimentos individuais e em projetos de circulação.

Gráfico 4 – Distribuição dos atendimentos por modalidade



Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.4:** Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
137	56

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS. As ações vinculadas a este Eixo, para fins desse indicador, são: a) as reuniões periódicas entre GEPAR (Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco) da Polícia Militar de Minas Gerais, equipes técnicas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! e gestores sociais responsáveis pela coordenação das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local; b) funcionamento de Grupos de Intervenção Estratégica.

Este indicador visa mensurar:

1) Quantidade de reuniões periódicas entre GEPAR, equipes técnicas e gestores sociais através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! que devem ocorrer no mínimo 1 (uma) vez ao mês em cada um dos 33 (trinta e três) territórios de atuação e que possuem como principais pautas: estudo da dinâmica da violência e da criminalidade; definição, monitoramento e avaliação de ações conjuntas pactuadas para promoção da qualidade de vida e da segurança local;

2) Quantidade de participação dos gestores das Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local, representando a proteção social, nas reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica - GIE, que ocorrem com agendas distintas e pré-definidas para cada município de atuação do Programa, totalizando uma média de 6 encontros por mês, tendo como principal objetivo a prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Para isto, é imprescindível que se crie uma rede de informações, sendo fundamental a realização de reuniões envolvendo os representantes do GIE.

No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) foram realizadas acumuladamente 56 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 137, ficando 59,12% abaixo do previsto o período acumulado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 7 – Número acumulado de ações de intervenção estratégica por unidade de prevenção – Programa Fica Vivo – janeiro a março de 2020

UPC	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		TOTAL
	GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	
BELO HORIZONTE-CABANA	0	0	0	0	0	0	0
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	1	0	1	0	0	0	2
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	1	0	0	0	1	0	2
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	1	0	0	0	1	0	2
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	1	0	0	0	1	0	2
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	0	0	0	0	0	0	0
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	0	0	1	0	0	0	1
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	1	0	0	0	0	0	1
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	1	0	1	0	1	0	3
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	1	0	0	0	0	0	1
BELO HORIZONTE-SERRA	1	0	0	0	0	0	1
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	1	0	0	0	0	0	1
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	1	0	1	0	1	0	3
BETIM-CITROLÂNDIA	0	0	1	0	0	0	1
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	2	0	1	0	0	0	3
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	1	0	1	0	1	0	3
BETIM-PTB	0	0	1	0	1	0	2
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	1	0	0	0	0	0	1
CONTAGEM-RESSACA	1	0	0	0	0	0	1
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	1	0	1	0	0	0	2
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	1	0	0	0	0	0	1
IPTATINGA-BETHÂNIA	1	0	1	0	1	0	3
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	1	0	2	0	0	0	3
MONTES CLAROS-CRISTO REI	1	0	1	0	0	0	2
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	0	0	1	0	0	0	1

RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	1	0	1	0	0	0	2
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	1	0	1	0	0	0	2
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	1	0	1	0	0	0	2
SANTA LUZIA-PALMITAL	0	0	1	0	0	0	1
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	0	0	2	0	0	0	2
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	1	0	0	0	0	0	1
UBERLÂNDIA-MORUMBI	1	0	0	0	0	0	1
VESPASIANO-MORRO ALTO	1	0	2	0	0	0	3
TOTAL	26	0	22	0	8	0	56

Este indicador mensura a execução de ações importantes associadas ao eixo de intervenção estratégica do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo. Ele mede tanto as reuniões locais existentes entre equipe de cada UPC e o GEPAR correspondente da região quanto a participação da Gestão Social nas reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica. A partir do estabelecimento de diretrizes entre as Unidades de Prevenção à Criminalidade e GEPAR as reuniões são estabelecidas com o objetivo de aprimorar a atuação conjunta, a convivência e articulação visando maior eficácia das ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos cidadãos das áreas atendidas. Nesses espaços devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e criminalidade para favorecer a construção, avaliação e o monitoramento de ações conjuntas na promoção da qualidade de vida e segurança local. No 5º período avaliatório foram realizadas 56 reuniões com o GEPAR e nenhuma reunião do GIE. Nos chama atenção o número elevado e contínuo de justificativas de não realização das reuniões. As justificativas tem ganhado um lugar de destaque muito preocupante e há algum tempo deixou de responder enquanto exceção, configurando 65% do total das sinalizações. Dentre as demais justificativas, temos mais ou menos 15% respondendo pelo período de férias da Gestão Social/licença médica, 13% indisponibilidade de agendas dos atores envolvidos nessa interlocução e 4% período de férias comandante GEPAR/licença médica. Apesar da diminuição do número de justificativas pautadas na “indisponibilidade de agenda dos atores”, em comparação ao período avaliatório anterior, entendemos que esse ponto merece maior cuidado diante da complexa necessidade de realização dessa interlocução para favorecer uma atuação conjunta entre a repressão qualificada e a proteção social. Carece de maior cuidado do Gestor Social e comandante do GEPAR a priorização das articulações necessárias para a realização desses encontros. Mantemos o reforço sobre a necessidade de evidenciarmos a importância dessa parceria junto aos atores e o sentido da realização dessas reuniões enquanto parte fundamental para desenvolvimento do trabalho da Política de Prevenção e construção de estratégias de intervenção nos fenômenos de violência e criminalidade.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
17.400	16.580
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	

Descrição: Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais;
- 2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores;
- 3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença;
- 4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença.
- 5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença.

No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) foram realizados acumuladamente 16.580 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 17.400, atingiu-se 95,7% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 8 – Número acumulado de atendimentos por unidade de prevenção – Programa CEAPA – janeiro a março de 2020

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
ARAGUARI	181	197	200	578
BELO HORIZONTE	1213	1293	1100	3606
BETIM	400	361	474	1235
CONTAGEM	488	403	407	1298
DIVINOPOLIS	173	212	143	528
GOVERNADOR VALADARES	257	242	236	735
IBIRITE	312	244	146	702
IPATINGA	635	568	477	1680
JUIZ DE FORA	526	494	407	1427
MONTES CLAROS	203	255	163	621
R. DAS NEVES	327	390	147	864
SANTA LUZIA	239	257	189	685
SETE LAGOAS	223	213	138	574
UBERABA	267	243	218	728
UBERLÂNDIA	231	281	194	706
VESPASIANO	215	241	157	613
TOTAL	5.890	5.894	4.796	16.580

O indicador se refere ao número acumulado de atendimentos do programa e consiste na soma dos atendimentos de inscrição, atendimentos de acompanhamento, atendimentos grupais de PSC, atendimentos grupais de PEAP e atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa, e pode oscilar de acordo com cada um desses tipos.

É importante destacar que mais de 50% dos atendimentos estão associados à modalidade que, a cada vez, vem ganhando robustez: os atendimentos individuais de acompanhamento. Esse tipo de atendimento reflete a qualificação técnica da equipe no acompanhamento que extrapola o monitoramento da alternativa penal. Assim, a ampliação da leitura dos casos a partir das vulnerabilidades e riscos e outras demandas da pessoa em alternativa penal faz com que as equipes invistam cada vez mais nessa frente de trabalho. Nesse período há uma diminuição dos atendimentos relacionada a férias do sistema judiciário, o que impacta na diminuição das penas encaminhadas, mesmo assim o programa realizou 95% da meta estabelecida. Vale ressaltar também que em março, mês final do período houve uma queda de aproximadamente 18% no total de atendimentos comparado ao mês inicial do período associado as medidas relacionadas ao controle da pandemia já que a partir do dia 23/03, as equipes entraram em teletrabalho, bem como a CEAPA foi afetada pela Portaria Conjunta nº 19/PR-TJMG/2020, de 16 de março de 2020¹, recomendou a dispensa do comparecimento “nas Unidades do PrEsp e do CEAPA, bem como nos Fóruns, (...) nos próximos

¹ Em sentido similar: Portaria Conjunta Nº 976/PR/2020; Portaria Conjunta Nº 990/PR/2020; Portaria Conjunta Nº 1.001/PR/ 2020; Portaria Conjunta Nº 1.005/PR/2020.

sessenta dias”; enquanto o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da Orientação Técnica nº 62, recomendou aos magistrados a adoção de medidas específicas no âmbito das Alternativas Penais - o documento orienta, inclusive, a dispensa do comparecimento para o cumprimento das Alternativas Penais e computação do período de pandemia como efetivo cumprimento das mesmas. Além disso, decretos e outros institutos dos Poderes Executivos Municipais restringiram o funcionamento das instituições e estabelecimentos em todos os municípios em que a CEAPA atua. Maiores detalhes de como esse contexto afetou os atendimentos do programa estão descritos no 6º RGR.

Com relação ao 5º PA especificamente, o desempenho do programa foi relativamente satisfatório já que para o período que inclui as férias do poder judiciário em janeiro há uma diminuição do número de penas encaminhadas. Apesar disso, comparado como mesmo período de 2019, houve um acréscimo de aproximadamente 60% na média de atendimentos. Além disso, do total de atendimentos realizados no semestre, 90% foi realizado nos três primeiros meses do ano.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
72%	72,13%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 72,13%. Considerando que a meta estabelecida foi de 72%, a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 9 – Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial por unidade de prevenção – Programa CEAPA – janeiro a março de 2020

	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	42	78	53,85%
BELO HORIZONTE	708	922	76,79%
BETIM	96	177	54,24%
CONTAGEM	132	160	82,50%
DIVINOPOLIS	20	30	66,67%
GOVERNADOR VALADARES	44	67	65,67%
IBIRITE	40	61	65,57%
IPATINGA	66	107	61,68%
JUIZ DE FORA	54	72	75,00%
MONTES CLAROS	61	70	87,14%
R. DAS NEVES	81	120	67,50%
SANTA LUZIA	40	65	61,54%
SETE LAGOAS	28	32	87,50%
UBERABA	12	16	75,00%
UBERLÂNDIA	74	93	79,57%
VESPASIANO	29	47	61,70%
TOTAL	1.527	2.117	72,13%

É importante destacar que o indicador mensura o cumprimento das alternativas penais que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Assim, conforme definido no Contrato de Gestão, não é considerada na contabilização desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

A oscilação desse percentual se dá de acordo com as finalizações do acompanhamento dos casos realizadas em cada período. Tais finalizações acontecem no monitoramento periódico dos casos e, em específico, no encerramento de PEAP's, pois há impacto no dado do período por serem encerradas todas as alternativas penais daquele grupo conjuntamente.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais**Indicador nº 4.3.** Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio**Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****745****1.208****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais.

Este indicador objetiva mensurar as ações do CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõe essa rede. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais;
- 2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais.
- 4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais.
- 5) Visitas de captação de novos parceiros;
- 6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social;
- 7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades.

No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) foram realizadas acumuladamente 1.208 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 745 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 – Número acumulado de ações por unidade de prevenção – Programa CEAPA – janeiro a março de 2020

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
ARAGUARI	6	16	105	127
BELO HORIZONTE	16	32	128	176
BETIM	12	8	2	22
CONTAGEM	13	11	56	80
DIVINOPOLIS	8	9	59	76
GOVERNADOR VALADARES	9	7	61	77
IBIRITE	15	12	48	75
IPATINGA	11	22	92	125
JUIZ DE FORA	6	16	73	95
MONTES CLAROS	8	9	32	49
R. DAS NEVES	10	15	45	70
SANTA LUZIA	4	16	15	35
SETE LAGOAS	5	7	15	27
UBERABA	8	7	63	78
UBERLÂNDIA	3	17	38	58
VESPASIANO	6	9	23	38
TOTAL	140	213	855	1.208

Este indicador é a soma das articulações desenvolvidas que compreendem as parcerias com o Sistema de Justiça, rede de proteção social, rede de alternativas penais, Poder Executivo local, dentre outras. Tais ações ocorrem por meio de visitas às entidades, realização de encontros de rede, discussão de casos e participação em espaços de discussão instituídos. As oscilações dele ocorrem devido à organização do trabalho da equipe para a pauta da rede, a atenção demandada por cada parceiro, bem como as necessidades apontadas pelos casos. Em março houve um pico de ações de articulação de rede. Isso está associado também as articulações necessárias ao estabelecimento do teletrabalho a partir de 23/03 bem como das articulações decorrentes do contexto relativo à Portaria Conjunta nº 19/PR-TJMG/2020 descrita no indicador 4.1.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional**Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
5.400	4.664

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.

Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos;
- 2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento;
- 3) Atendimentos individuais com familiares de egressos;
- 4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar;
- 5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença;
- 6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença.
- 7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.
- 8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.

No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) foram realizados cumulativamente 4.664 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 5.400, alcançou-se 86,3% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 11 – Número acumulado de atendimentos por unidade de prevenção – Programa PRESP – janeiro a março de 2020

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
ARAGUARI	53	32	40	125
BELO HORIZONTE	317	236	267	820
BETIM	141	163	105	409
CONTAGEM	161	114	86	361
GOVERNADOR VALADARES	84	100	92	276
IPATINGA	89	81	92	262
JUIZ DE FORA	132	136	101	369
MONTES CLAROS	127	81	61	269
RIBEIRÃO DAS NEVES	146	192	108	446
SANTA LUZIA	126	76	45	247
UBERABA	149	261	185	595
UBERLÂNDIA	168	204	113	485
TOTAL	1.693	1.676	1.295	4.664

No 5º período avaliatório o PRESP, com exceção do mês de março, manteve o nível de atendimentos realizado no trimestre anterior. Entre novembro de dezembro de 2019 o programa realizou em média 1659 atendimentos por mês. Em janeiro e fevereiro a média foi de 1684. Ocorre que em março, com os mesmos impactos das ações associadas ao controle da pandemia de Covid-19 descritas para o programa CEAPA, houve uma queda de 23% nessa média o que contribuiu significativamente para a não realização integral da meta estabelecida. Além disso, houve uma ampliação nas metas do programa conforme descrito na introdução, baseado num planejamento de expansão de equipe que não ocorreu. Na tabela 12, descreve-se a distribuição dos atendimentos realizados por modalidade. Percebe-se que os atendimentos diretos aos egressos, sejam no ato da inscrição ou nos retornos correspondem a 83,42% dos atendimentos realizados. Os atendimentos a familiares correspondem à aproximadamente 4%. Já os atendimentos a pré-egressos e seus familiares correspondem 8,91%

Tabela 12 – Distribuição dos atendimentos por modalidade – PRESP 5ªPA

Distribuição dos atendimentos por modalidade	Total
Número de atendimentos individuais a egressos (inscrição e retorno)	2.724
Número de atendimentos grupais a egressos	1.167
Número de atendimentos a familiares de egressos	183
Número de atendimentos a pré-egressos	342
Número de atendimentos a familiares de pré-egressos	74
Outros	174
Total	4.664

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional**Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório****Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****78%****73,6%****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PRESP, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.

No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi 73,6%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 78% a mesma foi alcançada em 94,3% do pactuado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 13 – Percentual de adesão por unidade de prevenção – Programa PRESP – janeiro a março de 2020

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
ARAGUARI	35	45	77,78%
BELO HORIZONTE	452	597	75,71%
BETIM	158	215	73,49%
CONTAGEM	121	198	61,11%
GOVERNADOR VALADARES	165	204	80,88%
IPATINGA	151	187	80,75%
JUIZ DE FORA	205	233	87,98%
MONTES CLAROS	131	213	61,50%
RIBEIRÃO DAS NEVES	137	241	56,85%
SANTA LUZIA	121	158	76,58%
UBERABA	70	94	74,47%
UBERLÂNDIA	259	339	76,40%
TOTAL	2.005	2.724	73,60%

o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PrEsp, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp.

Importante contextualizar que, a partir da prática adquirida ao longo dos anos pelo Programa, percebeu-se a necessidade de aprimoramento da metodologia de acompanhamento da pessoa egressa do sistema prisional e seus familiares. Nessa perspectiva, a mudança de lógica para inscrição voluntária no PrEsp ratificou e qualificou ainda mais a importância da construção de vínculo, considerando as demandas, necessidades, projetos e desejos de cada pessoa acompanhada. Portanto, o indicador referente ao Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp busca traduzir e avaliar a vinculação do público ao Programa, que nesse período ficou abaixo da meta prevista. É importante salientar que as intervenções realizadas com cada egresso estão baseadas na premissa de um conjunto de atendimentos contínuos, que se estabelecem a partir de uma relação de confiança e respeito, além de escuta, acolhimento e encaminhamentos diferenciados realizados pelas equipes. Portanto, garantir o atendimento qualificado ao referido público enquanto um direito assegurado pela Lei de Execuções Penais e dispostos em legislações específicas, se apresenta como um orientador para o programa. A despeito da não realização da meta prevista, que foi ampliada de 75% para 78% no período, é evidente na leitura das equipes, cada vez mais a vinculação e aceitação dos egressos à proposta do programa.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional**Indicador nº 5.3.** Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
345	419

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O PRESP desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos;
- 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;
- 3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município;
- 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa;
- 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos.
- 6) Visitas às unidades prisionais.

No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) foram realizadas 419 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 345 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 14 – Número acumulado de mobilizações de rede por unidade de prevenção – Programa PrEsp – janeiro a março de 2020

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
ARAGUARI	8	6	9	23
BELO HORIZONTE	24	15	24	63
BETIM	5	10	7	22
CONTAGEM	4	5	22	31
GOVERNADOR VALADARES	5	6	17	28
IPATINGA	7	7	29	43
JUIZ DE FORA	20	16	12	48
MONTES CLAROS	7	13	12	32
RIBEIRÃO DAS NEVES	7	7	6	20
SANTA LUZIA	3	12	1	16
UBERABA	8	12	38	58
UBERLÂNDIA	8	12	15	35
TOTAL	106	121	192	419

Nas articulações de rede, a partir da identificação de fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam comprometer a permanência do egresso em liberdade ou colocar sua vida em risco, as equipes buscam intervir na minimização destas vulnerabilidades, ou de outras que se apresentarem, favorecendo o acesso a outros serviços, programas e políticas públicas de proteção e promoção social. Desse modo, o indicador referente às atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional é de extrema importância para que o Programa consiga atingir seus objetivos, que continua se apresentando de modo geral mais significativamente acima da meta estipulada. A partir do final de março também com a entrada da equipe em teletrabalho, esse trabalho foi ampliado. Pode-se observar já em março um aumento das articulações com a ampliação das discussões de casos com a rede, por exemplo.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 6.1. Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: acompanhamento *in loco* da Supervisão permite que tanto o Supervisor Geral, quanto os Supervisores Metodológicos, possam exercer suas atribuições, de acordo com cada cargo, nos municípios do interior do Estado, de forma que verifiquem e acompanhem o desenvolvimento das equipes técnicas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Desta forma, este indicador visa aferir o percentual de visitas de acompanhamento realizadas pela Supervisão Geral e Supervisão Metodológica no interior de acordo com os cronogramas.

No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) foram planejadas a realização de 3 viagens de supervisão metodológica. Todas elas foram realizadas.

Tabela 15 – Viagens planejadas e executadas pela supervisão metodológica e da gestão - janeiro a março de 2020

Viagens Planejadas	Programa	Viagens realizadas	Programa
Juiz de Fora	Presp	Juiz de Fora	Presp
Divinópolis	CEAPA	Divinópolis	CEAPA
Ipatinga	Supervisão Geral	Ipatinga	Supervisão Geral

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios das visitas realizadas pelos Supervisores.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 6.2. Percentual de Participação das equipes nas capacitações

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador visa aferir o percentual de participação dos profissionais contratados pela entidade parceira nas capacitações que ocorrerem no período avaliatório para atuarem na Política de Prevenção à Criminalidade. Elas objetivam:

- 1) Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes;
- 2) Garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Promover a integração e o nivelamento das equipes visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Nesse não houve capacitações previstas no período.

Fonte de comprovação do indicador

Listas de presenças, atas, relatórios, declarações.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 6.3. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15	10,42

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto. Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas.

No 5º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2020) em média levou-se 10,42 dias para a recomposição de vagas em aberto. Como a meta é recompor as vagas em aberto em 15 dias, ela foi executada dentro do esperado. Abaixo segue uma descrição detalhada do prazo de recomposição para cada vaga em aberto durante o período.

Tabela 16 – Requisições de reposição de pessoal – janeiro a março de 2020

DATA DA REQUISIÇÃO DE PESSOAL	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO DO NOVO FUNCIONÁRIO	DIAS PARA REPOSIÇÃO
18/12/2019	02/01/2020	15
20/12/2019	02/01/2020	13
20/12/2019	02/01/2020	15
26/12/2019	09/01/2020	14
27/12/2019	13/01/2020	17
02/01/2020	03/01/2020	01
06/01/2020	13/01/2020	07
06/01/2020	13/01/2020	07
17/01/2020	22/01/2020	05
23/01/2020	03/02/2020	11
23/01/2020	03/02/2020	11
23/01/2020	03/02/2020	11
29/01/2020	05/02/2020	07
31/0103/2020	03/02/2020	03
14/02/2020	02/03/2020	17
20/02/2020	02/03/2020	11
20/02/2020	02/03/2020	11
20/02/2020	09/03/2020	14
21/02/2020	09/03/2020	17
27/02/2020	09/03/2020	11
27/02/2020	09/03/2020	11
28/02/2020	09/03/2020	10

04/03/2020	12/03/2020	08
04/03/2020	12/03/2020	08
04/03/2020	12/03/2020	08
04/03/2020	12/03/2020	08

Nesse período avaliatório foram solicitadas 26 recomposições de equipe que demoraram em média 10,42 dias para serem repostas. Cabe ressaltar que para recompor uma equipe, geralmente a instituição utiliza-se do banco de classificados dos processos seletivos. Para efetivar o processo de contratação, ressalta-se que se faz necessária a convocação do candidato classificado no processo seletivo, o recebimento e conferencial de documentação, a realização de exame admissional, assinatura do contrato e início das atividades.

Fonte de comprovação do indicador

Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial	
Indicador nº 7.1. Número de relatórios Analíticos das UPCs de base local	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
33	31
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
<p>Descrição: o Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência das UPC's. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC's. O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPCs. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de gerar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela gestão social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam aos Gestores Sociais acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPCs.</p> <p>No 5º período avaliatório foram elaborados 33 relatórios, contudo, 2 deles foram entregues fora do prazo. A meta inicialmente pactuada para este período avaliatório foi de 33 relatórios, um para cada UPC de base local. As informações mensuradas nesse período remetem aos meses de janeiro e fevereiro de 2020, já que os relatórios são bimestrais. Alguns aspectos dos elementos registrados pelos Gestores Sociais na leitura/análise dos fatos e fenômenos de natureza social, histórica, cultural, econômica, territorial e criminal, que interferem na incidência de criminalidade nos territórios, merecem destaque. Em grande parte dos relatórios observa-se a descrição da dinâmica do tráfico nos territórios de abrangência dos Centros de Prevenção, com a localização dos conflitos entre grupos rivais. Tal leitura acerca da dinâmica criminal é bastante favorecida pela capilaridade das oficinas do Programa Fica Vivo bem como pelo vínculo estabelecido com referências e lideranças comunitárias por parte do Programa Mediação de Conflitos. Também se observa a descrição acerca da legitimidade que algumas comunidades dão a resolução dos conflitos a partir da intervenção de tais lideranças.</p> <p>Para além da descrição da dinâmica criminal relacionada ao tráfico de drogas, outro aspecto desenvolvido na leitura das violências relaciona-se à violência doméstica. Muitos relatórios apontaram casos de violência doméstica nas áreas de abrangência do Centro de Prevenção, seguindo uma tendência verificada em períodos anteriores. Esse diagnóstico vem acompanhado do relato das intervenções realizadas pelos Programas, principalmente o Mediação de Conflitos, visando tratar a questão, promovendo o debate sobre as questões de gênero e violência contra à mulher. Ou seja, embora os programas tenham focalizado parte de suas ações no tratamento desse problema, este ainda é recorrente. Portanto, é necessário que as equipes mantenham o esforço de pensar novas alternativas de intervenção que gerem maior impacto nesse tipo de ocorrência de modo a diminuir sua ocorrência nos territórios.</p> <p>Destaca-se também como ponto comum em muitos relatórios as articulações promovidas com a rede de proteção social dos territórios e municípios. Em sua grande maioria descreve-se a construção conjunta com a assistência social, educação e saúde de modo a intervir nas vulnerabilidades apresentadas e favorecer o acesso à direitos do público atendido. Porém, também aparece com recorrência a escassez de equipamentos públicos em territórios em que são latentes diversas vulnerabilidades sociais. As articulações com o GEPAR – Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco também ganham destaque, no sentido de qualificar a leitura das dinâmicas bem como pensar em ações mais assertivas na perspectiva da intervenção estratégica.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial**Indicador nº 7.2. Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: a Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo! constitui uma ação estratégica estabelecida entre a entidade parceira e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Diante da sua dimensão e complexidade, tornam-se necessárias a descrição e análise pormenorizadas da sua operação ao longo da execução do Contrato de Gestão. O Relatório de Gestão de Oficinas constitui um instrumento de sistematização e análise das informações operacionais deste processo, a partir dos dados dos relatórios enviados pelas equipes técnicas. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório. Os relatórios deverão sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise.

No 5º período avaliatório foi previsto a elaboração de 3 Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Tabela 17 - DADOS GERENCIAIS - PROGRAMA FICA VIVO! MARÇO/2020

INDICADORES	Março de 2020
Número de Projetos de Oficinas Ativos	389
Número de Jovens atendidos	8.895
Número de Atendimentos	9.945
Número de Oficineiros com Oficinas Ativas	334
Média de jovens por oficina	22,52
Número de oficinas implantadas	8
Número de oficinas desligadas	5

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador nº 7.4. Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1	1

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas é uma iniciativa que visa a fomentar a realização de ações de prevenção à criminalidade pelas administrações públicas municipais, com apoio técnico e metodológico por parte da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade. O monitoramento do Programa nos municípios parceiros é fundamental para garantir sua efetividade e promover visão sistêmica da execução. A partir dos relatórios mensais enviados pelos Articuladores de Prevenção à Criminalidade, a OS será responsável pela elaboração dos Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas.

O Programa Selo Prevenção é uma iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais que, em parceria com as administrações públicas municipais, visa contribuir para a criação e fortalecimento de políticas públicas municipais direcionadas à redução e prevenção de violências e criminalidades locais, a partir do apoio técnico e metodológico do Estado. Desta forma, busca capacitar as administrações públicas municipais em prevenção à criminalidade e estimular a mobilização e participação social, construindo coletivamente ações no âmbito dos fatores geradores de violências. O município aprovado no ciclo do Programa será certificado com o Selo Prevenção Minas e reconhecido como município parceiro da Política de Prevenção à Criminalidade.

A metodologia do Programa prevê a execução de um ciclo composto por seis etapas que são:

1. Adesão do município;
2. Elaboração de um Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã;
3. Construção de um Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade;
4. Implementação e Articulação das ações propostas no Plano;
5. Avaliação dos resultados
6. Certificação mediante aprovação pela Coordenação Estadual do Programa Selo Prevenção Minas.

O Relatório Mensal de Ações do Programa é um dos instrumentos de consolidação do monitoramento da execução das fases do programa, descrevendo e analisando as ações empreendidas pelos parceiros, estado e município, para a realização de cada uma delas. Serão objeto desse primeiro relatório, as ações desempenhadas nas duas primeiras etapas do programa: adesão e diagnóstico municipal de segurança cidadã.

O relatório seguirá a disposição das especificações de cada fase do processo de certificação do município no Programa Selo Prevenção como apresentadas no quadro 1. Em cada uma das especificações descreveremos as ações executadas pela equipe envolvida no programa em Alfenas.

QUADRO 1 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SELO PREVENÇÃO MINAS²

Etapa 1 - Adesão						
Fase	Especificação	Indicador			Quantidade Realizada	Status de Realização
		Unidade	Quantidade Pactuada	Prazo Máximo /Mês		
1.1	Acordo de Cooperação Técnica	Assinatura	1	1°	1	Realizado
1.2	Multiplicador(a) do Selo Prevenção Minas	Nomeação	1	1°	1	Realizado

² Este quadro contém as especificações do processo de certificação do município no Programa Selo Prevenção nas fases de Adesão e Diagnóstico.

1.3	Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade	Ato administrativo formal	1	1°	0	Em execução
1.4	Cadastro Municipal	Envio	1	2°	1	Realizado
1.5	1ª Capacitação	Assinatura Lista de presença	1	2°	1	Realizado
Etapa 2 - Diagnóstico						
Fase	Especificação	Indicador			Quantidade Realizada	Status de Realização
		Unidade	Quantidade	Prazo Máximo /Mês		
2.1	Reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade	Assinatura Lista de presença e envio de ata	3	5°	0	Em execução
2.2	Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã	Envio do Diagnóstico	1	5°	0	Em execução
Fonte de comprovação do indicador						
E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC						

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 8.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
<p>Descrição: Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão.</p> <p>O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas.</p> <p>Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados.</p> <p>Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.</p> <p>As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação dele ocorrem após a elaboração desse relatório.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral e Elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão	

Área Temática: Gestão da Parceria**Indicador nº 8.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão****Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****100%****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018 que dispõem sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.

Abaixo segue as descrições das ações a serem realizadas e avaliadas no período com suas respectivas datas de realização.

Nº	AÇÃO	PRAZO	DATA DA REALIZAÇÃO
7	Encaminhar à Comissão de Monitoramento, a cada período avaliatório, Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro, devidamente assinados.	Até 7 dias úteis após o final do período avaliatório.	
8	Encaminhar aos membros da Comissão de Avaliação, a cada período avaliatório, Relatório de monitoramento, com informações sobre a execução física e financeira pertinentes ao período analisado.	Antecedência mínima de cinco dias úteis da data da reunião da Comissão de Avaliação.	
9	Realizar, a cada período avaliatório, as Checagens Amostrais Periódicas e Checagem de Efetividade (esta se for o caso) gerando relatório(s) conclusivo(s)	Até 15 dias úteis após o final do período avaliatório.	
10	Garantir, a cada período avaliatório, que as avaliações do Contrato de Gestão – Reuniões da Comissão de Avaliação – sejam realizadas nos prazos previstos no Contrato de Gestão.	Cronograma de Avaliação previsto no Contrato de Gestão.	
11	Disponibilizar os Relatórios Gerenciais de Resultados e Relatórios Gerenciais Financeiros, devidamente assinados, nos sítios eletrônicos do OEP e da OS.	Até 5 dias úteis após a assinatura dos documentos.	
12	Disponibilizar os Relatórios de Monitoramento do Contrato de Gestão devidamente assinados, no sítio eletrônico do OEP ou da Política Pública e da OS.	Até 5 dias úteis após a assinatura dos documentos.	

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

3 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática	Produto	Peso (%)	Início	Término	Status
1 Pesquisas e Diagnósticos	1.1 Monitoramento das taxas de homicídios consumados nas áreas de abrangência da Política	10	Março/2019	Janeiro de 2020	Cumprido integralmente dentro do prazo
	1.2 Pesquisa de Recorrência Prisional de egressos do Sistema Prisional acompanhados pelo PrEsp	10	Março/2019	Janeiro de 2020	Cumprido integralmente dentro do prazo

Área Temática 1: Pesquisas e Diagnósticos

Produto 1.1 – Monitoramento das taxas de homicídios consumados nas áreas de abrangência da Política

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Janeiro de 2020	Fevereiro de 2020	Cumprido integralmente dentro do prazo

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Descrição: Este produto tem por finalidade promover um estudo que qualifique ainda mais o monitoramento das taxas de homicídios consumados nos territórios de atuação dos Programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo!.

Critério de aceitação: Relatório aprovado pela SUPEC/SEJUSP

Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação do relatório

Duração: Março/2019 a Janeiro/2020

Resumo do Produto

Tendo como objetivo a análise dos homicídios consumados nos territórios de atuação dos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo, utilizamos três fontes de informações para realizar o estudo.

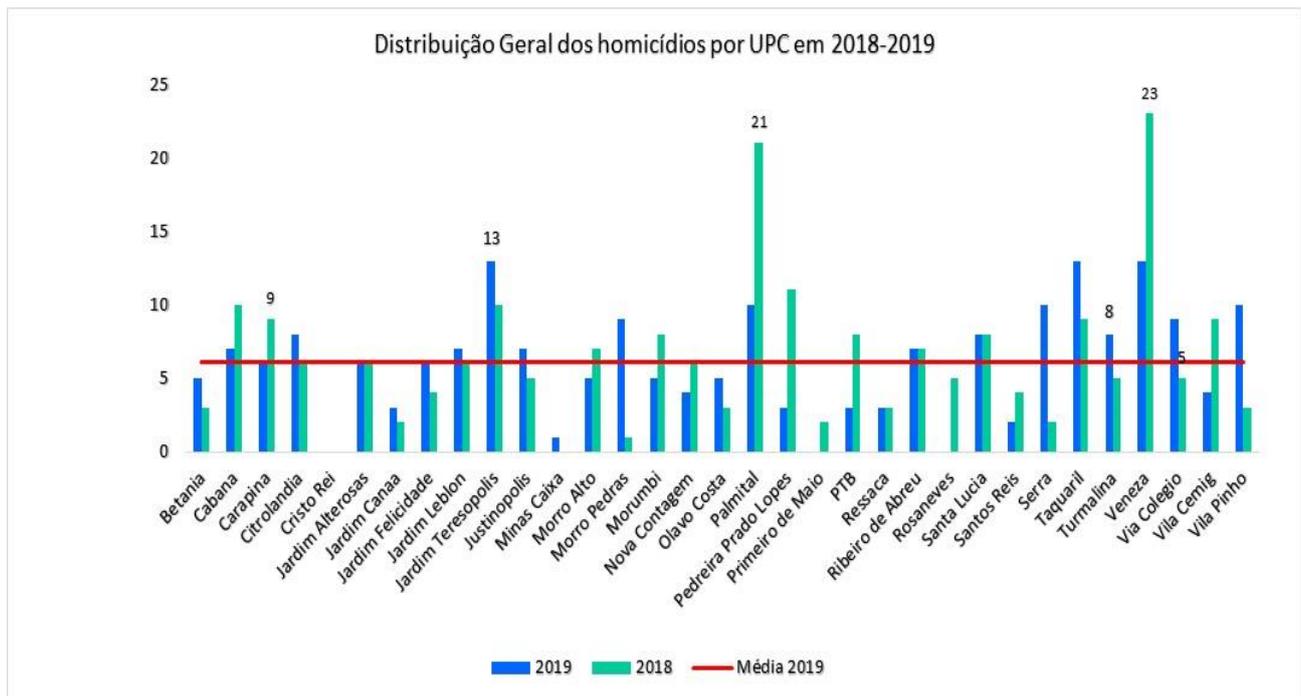
A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP-MG), através do Observatório de Segurança Pública Cidadã, realiza o monitoramento das ocorrências de violência e criminalidade no Estado, incluindo os homicídios consumados nos territórios onde funcionam os programas de base local da Política de Prevenção. Assim, forneceu-nos uma base de dados com informações compiladas de todo ano de 2019, tais como município, localização dos setores censitários dentro dos territórios de abrangência da Política de Prevenção, data em que ocorreram os homicídios, além de informações das vítimas. Através dessa base de dados conseguimos demonstrar as distribuições espaciais dos homicídios ao longo dos meses em cada território, bem como o perfil das vítimas.

Além das informações fornecidas pelo Observatório de Segurança, utilizamos como fonte para esse estudo dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Demográfico 2010 para delimitar a extensão territorial de cada área onde funcionam os programas de base local, bem como suas respectivas populações, incluindo o perfil sócio demográfico do público atendido.

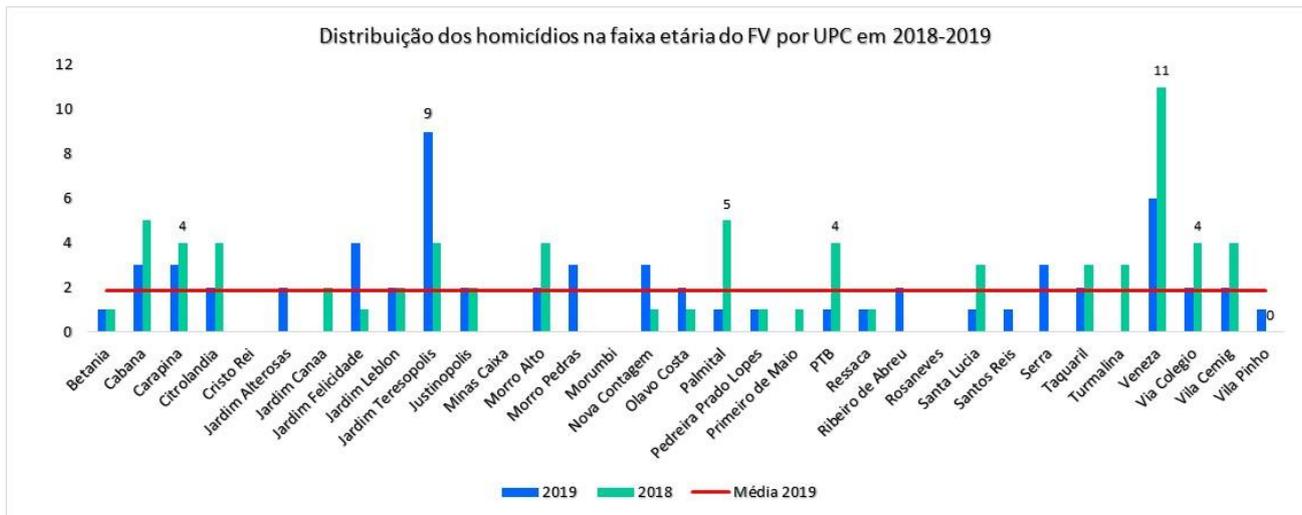
Posteriormente analisamos relatórios unificados mensais e os analíticos trimestrais que são produzidos pela gestão social de cada Unidade de Prevenção à Criminalidade a partir dos relatórios produzidos pelas equipes técnicas do programa Fica Vivo e do Mediação de Conflitos ao longo do ano para analisar qualitativamente as informações dos relatos feitos sobre a violência e criminalidade nos respectivos territórios. A análise qualitativa aprofunda os olhares sobre fatores que podem ser decisivos na ocorrência de homicídios nos territórios de atuação dos Programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo.

A média de homicídios obtida a partir da análise dos dados do Ranking de Homicídios Consumados do Observatório de Segurança Pública Cidadã/SEJUSP para o ano de 2019 foi de 6,06 homicídios em relação ao total de ocorrências e de 1,88 homicídios somente em relação ao público alvo do Fica Vivo.

Ao compararmos esses números com os do ano anterior (2018), verificou-se uma queda de 5,21% no número total de homicídios nas áreas de abrangências das UPC's.



Já quando comparamos os dados de 2019 com os do ano anterior somente entre jovens de 12 a 24 anos de idade, que compreendem o público-alvo do Fica Vivo, a redução é ainda maior, 12,68%.



Esse estudo, inserido no contexto de execução do Contrato de Gestão 002/2019 celebrado entre a OS Instituto Elo e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP buscou qualificar o monitoramento das taxas de homicídios consumados nos territórios de atuação dos programas de base local da política de prevenção à criminalidade através da análise de informações disponibilizadas pelo Observatório de Segurança Pública Cidadã, de dados sociodemográficos do IBGE, bem como através de dados quantitativos e qualitativos obtidos pelo Instituto Elo junto às equipes dos programas.

Em 2019 o programa Mediação de Conflitos realizou 31.171 atendimentos, atendeu 22.405 pessoas e realizou 8.848 ações junto à rede de proteção social dos territórios de funcionamento das unidades de prevenção.

Já o programa Fica Vivo em 2019 executou em média 397 oficinas temáticas, realizou 3.496 encontros de oficinas, teve a participação de 9.307 jovens e realizou 11.611 atendimentos, além de ter participado de 349 ações de intervenção estratégica junto com o GEPAR de cada território. Através desse estudo foi possível identificar informações que podem servir como norteadores dos programas em seu objetivo principal que é a prevenção da criminalidade violenta.

As áreas estudadas podem ser caracterizadas em geral como de pequena extensão territorial, mas com elevada densidade demográfica, o que sugere que os eventos criminais ocorrem em áreas territorialmente delimitadas, ocupadas por grupos que frequentemente estão em conflito.

O estudo revelou que 28,5% dos homicídios têm como vítimas adolescentes e jovens entre 16 e 24 anos, ou seja, na faixa etária do Fica Vivo, enquanto que 71,5% envolveu pessoas acima dessa faixa. Em tese, poderíamos considerar a hipótese de que os 71,5% cuja faixa etária extrapola a do Fica Vivo poderia ser constituída pelo público em potencial do programa Mediação de Conflitos. No entanto, somente 11% dos homicídios em que foi possível uma leitura das equipes técnicas quanto à motivação são objetos de intervenção do PMC, como conflitos de posse/propriedade, intrafamiliares e de vizinhança. Ainda assim é importante que o programa promova discussões nesse sentido para qualificar as estratégias de intervenção nos territórios, ampliando o acesso a esse público.

Outro dado observado é que 87,5% das vítimas de homicídios nos territórios estudados eram do sexo masculino. Segundo as Estatísticas de Registro Civil 2017, a chance de um homem com idade entre 20 e 24 anos morrer por causas violentas no Brasil é 11 vezes maior que a de uma mulher na mesma faixa etária. Portanto, o elevado percentual de mortes entre homens nos territórios de alguma maneira segue a tendência da taxa de homicídios entre jovens em todo país. As razões para essa disparidade em geral são associadas à maior exposição ao risco dos homens jovens comparativamente às mulheres. Nos territórios estudados 83% dos homicídios estão relacionados à dinâmica da criminalidade e violência, seja à do tráfico e uso de drogas, seja aos furtos e roubos.

Segundo o Censo 2010, 25% da população residente nos territórios em análise é de jovens entre 12 e 24 anos, ou seja, aproximadamente 218.885 pessoas. O número de jovens atendidos pelo Fica Vivo em 2019 foi de 9.307 jovens, significando que o programa atendeu 4,25% do universo em potencial. Verificou-se ainda que a maioria da população residente nos territórios é de negros (pretos mais pardos) 70,39%, e 54,17% das pessoas tem renda de até 2 (dois) salários mínimos, dos quais 31,53% tem renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 (um) salário mínimo. Ainda sobre a variável rendimento, chama a atenção que 36,7% informou não possuir renda.

Alguns exercícios de análise foram feitos com os dados disponíveis, sobretudo os que se referem à atuação direta do Fica Vivo nas áreas estudadas. Assim, observamos que não houve elementos de causa/efeito que permitisse relacionar a quantidade de policiais do GEPAR em atuação em cada território com o número de homicídios ocorridos, assim como não foi possível fazê-lo com o tamanho das equipes técnicas em atuação em cada base local.

Analisamos também a média de oficinas temáticas executadas nos territórios comparada ao número de homicídios consumados em cada área. Nesse caso também não podemos afirmar que há correlação entre as variáveis. Isso não significa que as oficinas não causem impacto na diminuição dos homicídios. Apenas que aspectos como o populacional e o territorial podem ser considerados como mais decisivos em relação à demanda dos jovens por atividades que podem ser ofertadas pelas oficinas do programa.

Sob a luz das informações analisadas por esse estudo, ressalta-se a necessidade dos programas aumentarem sua capacidade de identificar os possíveis desdobramentos da ocorrência de homicídios nos territórios e as mudanças nas dinâmicas sociais comunitárias já estabelecidas para valorização da vida. Para tal, faz-se necessário melhor compreensão das leituras sobre os atores envolvidos nos crimes de homicídio, ampliando a atenção para os possíveis autores e não somente para as vítimas, haja vista que tal ponto é pouco explorado nos instrumentos que dizem sobre o trabalho das equipes da ponta.

Área Temática 1: Pesquisas e Diagnósticos

Produto 1.2 – Pesquisas de recorrência prisional de egressos do Sistema Prisional acompanhados pelo PrEsp

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Janeiro de 2020	Janeiro de 2020	Cumprido integralmente dentro do prazo

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Descrição: Com a finalidade de avaliar a efetividade do acompanhamento de egressos do sistema prisional a partir dos atendimentos realizados pelo PrEsp, esse produto visa avaliar a contribuição do Programa para a redução da recorrência prisional de egressos do Sistema Prisional no Estado de Minas Gerais.

Critério de aceitação: Produto final aprovado pela SEJUSP/SUPEC.

Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação do diagnóstico.

Duração: Janeiro/2020

Resumo do Produto

Como estabelecido no Programa de Trabalho, foi considerada para fins de recorrência prisional, ou reentrada no sistema prisional, a admissão em unidade prisional registrada no Sistema de Informações Penitenciárias em data posterior à inscrição do egresso no PrEsp. Para o cálculo da taxa de recorrência prisional esta pesquisa utilizou os dados dos relatórios quantitativos do PrEsp (referentes aos atendimentos realizados) e os dados do Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, para verificar se, após os atendimentos realizados pelo Programa houve, ou não, reentrada do egresso no sistema prisional.

Inicialmente estabelecemos categorias de situações que poderiam ser consideradas como nova reentrada nas unidades prisionais e depois agregamos à base de dados resultante os dados do Programa PRESP com as informações sociodemográficas e de perfil dos usuários atendidos. Isso foi realizado a partir da variável número do INFOPEN, presente nas duas bases. Feito esse alinhamento, a primeira medida para se estimar a reentrada foi a verificação das datas de inscrição do egresso no programa e a data do evento considerado como reentrada. Vale destacar que no estudo, foi considerado reentrada apenas aqueles casos em que o egresso voltou ao Sistema Prisional após ser atendido no Programa, contudo, mensuramos também a reentrada geral dos indivíduos pesquisados entre o ano da sua inscrição no programa e a data da pesquisa da reentrada.

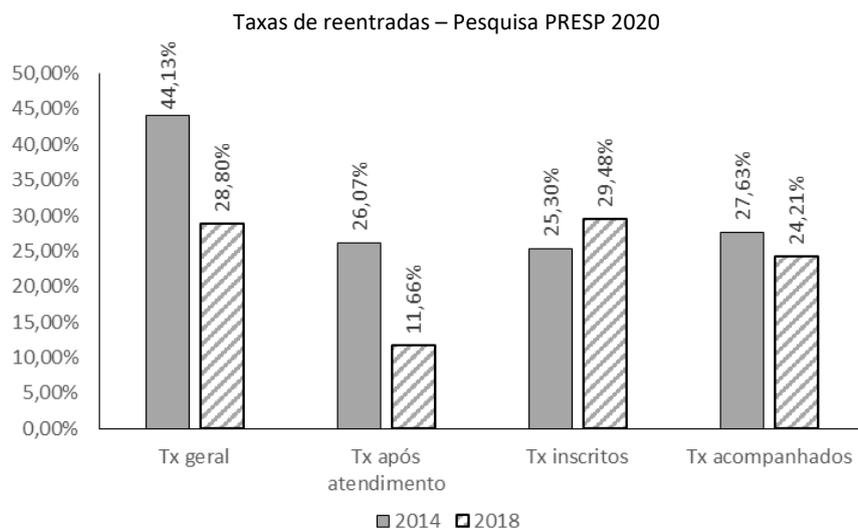
Estimamos ainda as reentradas para os grupos de egressos apenas inscritos e para aqueles considerados como acompanhados. Essas estimativas também foram geradas de maneira geral para cada município em que o programa é executado.

A Tabela abaixo apresenta os dados gerais do público pesquisado tanto para 2014 quanto para 2018, bem como os números de egressos que reentraram de forma geral e para cada grupo pesquisado. Pode-se observar a ampliação no número de egressos atendidos no programa entre os anos, mas com uma queda na proporção de egressos acompanhados. Em 2014, os egressos acompanhados representam 33,41% do total de atendidos. Em 2018 eles representaram 18,69%.

Tabela 17 – Dados gerais pesquisa de Reentrada – PRESP 2020

Dados Gerais	2014	2018
Nº Total de Egressos Pesquisados	2.957	3.927
Nº Total de Egressos Inscritos	1.889	3.423
Nº Total de Egressos Acompanhados	988	504
Nº Total de Egressos que reentraram em geral até outubro de 2019	1.305	1131
Nº de egressos que reentraram após ser atendido no Programa	771	458
Nº de Egressos Acompanhados que reentraram	273	122
Nº de Egressos Inscritos que reentraram	478	1009

A partir dos dados gerais foi possível calcular as taxas de recorrência/reentrada prisional de forma geral, após o atendimento, para egressos inscritos e para egressos acompanhados para cada um dos anos conforme demonstra a gráfico abaixo.



Observa-se que, em 2014, a taxa de recorrência/reentrada geral dos egressos pesquisados foi de 44,13%. Já a taxa de recorrência/reentrada dos egressos após terem sido atendidos no programa foi de 26,07%. Para este mesmo ano, a taxa calculada para egressos apenas inscritos no programa, ou seja, que receberam apenas 1 atendimento foi de 25,30% e para aqueles acompanhados foi de 27,63%. Em 2018, com menor tempo de exposição à recorrência/reentrada, as taxas reduziram significativamente. A taxa geral foi de 28,80%, a relativa aos egressos após terem disso atendidos no programa foi de 11,66%. Por outro lado, a taxa relativa aos egressos apenas inscritos ampliou-se para 29,48% enquanto que a taxa relativa aos egressos acompanhados diminuiu para 24,21%.

Os resultados da avaliação geral do ano de 2014 para os quais os egressos tiveram em média 5 anos de exposição a chance de recorrência/reentrada são similares aos encontrados por Saporì, Santos e Van Der Maas (2018) que avaliaram a reincidência de egressos do Sistema Prisional mineiro entre 2008 e 2013 e encontraram uma taxa de 51,4%. Contudo vale ressaltar que no estudo destes autores, a reincidência mensurada é a policial, o que comparativamente a reentrada no Sistema Prisional se espera que seja mais elevada já que um indivíduo para que seja encaminhado a uma unidade prisional precisa passar por certos procedimentos posteriores a um indiciamento policial. Assim, a reentrada após o atendimento no programa que tanto em 2014 quanto em 2018 foi significativamente inferior ao estudo supracitado deve ser avaliada com cautela já que trata de outra modalidade de avaliação de recorrência/reentrada.

Este estudo, inserido no contexto de execução do Contrato de Gestão 002/2019 celebrado entre a OS Instituto Elo e a Subsecretaria de Políticas de Prevenção buscou estimar e analisar o nível de recorrência prisional dentre egressos acompanhados pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional de Minas Gerais.

Desde que o Instituto Elo voltou a executar o programa PRESP em dezembro de 2017, foram realizados mais de 30 mil atendimentos para mais de 6 mil egressos. Estes atendimentos buscam garantir o acompanhamento de homens e mulheres que retomam a vida em liberdade após experiência prisional, bem como seus familiares, buscando favorecer o acesso a direitos sociais e promover condições para sua inclusão social. Nesse estudo foi possível identificar que o nível de reentrada dos egressos acompanhados pelo Programa é relativamente inferior ao mensurado em outras pesquisas de caráter similar no Brasil. Especificamente sobre o nível de reincidência criminal em Minas Gerais, Saporì, Santos e Van Der Maas (2018) encontrou um nível de reincidência policial da ordem de 51,4%, bem superior também ao estimado nesse trabalho para os egressos após o seu atendimento. Apesar do nível baixo de reentrada, não foi possível identificar efeito de tipos distintos de atendimentos ofertados pelo programa na probabilidade de reentrada. As diferenças nos níveis de reentrada entre egressos apenas inscritos no programa e aqueles acompanhados não sugerem diferenças entre os grupos. Esses resultados especificamente apontam para duas discussões importantes: a) seletividade do público que chega ao programa; b) discussão acerca do que significa acompanhamento no programa;

Sobre a seletividade do público que chega ao programa é importante discutir que os resultados de reentrada de egressos acompanhados pelo programa podem estar associados a diferenças pré-existentes entre o público que o programa atende e o público em geral que não chega ao programa. Em estudo realizado no ano de 2019, o Instituto Elo identificou que em média, do total de presos desligados nos municípios em que o programa atua, 10,04% chega ao PRESP, voluntariamente ou obrigatoriamente. Assim, tanto do ponto de vista comportamental quanto sociodemográfico, os 90% do público egresso que não chega ao programa pode ser diferente daqueles 10% que chega e os resultados de reentrada diferente entre eles pode estar associado à essas diferenças pré-existentes. Para mensurar isso, seria importante fazer um desenho de pesquisa que contemplasse a realização de um grupo de controle com egressos que não passaram pelo programa. Isso permitiria identificar o efeito programa na reentrada.

Com relação à ausência de efeito da variável tipo de atendimento, é importante também discutir o que significa a quantidade de atendimento realizados pelo programa. Conforme discutido na introdução, o acompanhamento dos egressos consiste na realização de atendimentos individuais e grupais ofertados a eles de modo que nesses momentos seja possível a construção dos melhores encaminhamentos para o enfrentamento de problemas, dificuldades e vulnerabilidades vivenciadas pelos egressos. Em 2018, por exemplo, para cada um dos egressos acompanhados no programa foram ofertados 6.452 atendimentos. Para cada egresso foi identificada pelos menos 3 vulnerabilidades

associadas a baixa escolaridade, baixa renda, situação de moradia, documentação irregular, uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, envolvimento criminal, dentre outras. Nos casos de identificação dessas vulnerabilidades foram realizadas 1.790 ações dentre encaminhamentos para rede de apoio e proteção, atendimentos específicos, discussões de caso com rede de saúde, dentre outras. Assim, muitos aspectos dessa rotina de trabalho não são mensuráveis na variável tipo de atendimento, o que implica no desafio de discutir como mensurar e identificar os elementos próprios do trabalho da equipe do programa que podem afetar o nível de reentrada dos egressos.

Nessa linha também, é importante ressaltar que a identificação de vulnerabilidades não tem como foco apenas o controle social sobre o indivíduo de modo a garantir e minimizar sua chance de voltar ao sistema prisional, mas sobretudo mediar seu acesso a direitos básicos de cidadania. Assim, em muitos casos, em nossa perspectiva seria importante, garantir um acompanhamento mais profundo nos casos em que as características e histórico do egresso sugerem maiores chances de reentrada. Isso seria efetivado a partir de duas vias tanto da lógica de oferta de serviços e encaminhamentos construídos com o usuário quanto a partir da busca ativa por ele em casos de não demanda contínua ao programa.

Sob a ótica de uma agenda futura de pesquisa novamente ressalta-se a necessidade de um desenho de avaliação de impacto do programa que tivesse como indicador finalístico tanto o impacto do programa na reentrada como na modificação das situações de vulnerabilidade identificadas ao longo do acompanhamento. Além disso, é importante incorporar também nos modelos de avaliação da reentrada, características institucionais das unidades prisionais onde os indivíduos cumpriram pena. Não necessariamente apenas as características dos indivíduos que afetam sua chance de reentrada, essas características conjugadas a contextos de cumprimento de pena como o do cenário brasileiro podem ampliar a chance de mudança de curso de vida.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No 5º período avaliatório do Contrato e Gestão 002/2019 (01/12/2019 a 31/01/2020) houve um total de 18 indicadores com meta e 2 produtos, os quais foram entregues e aprovados dentro do prazo estipulado. Deste total, como pode ser observado na leitura deste relatório gerencial, 8 indicadores tiveram suas metas alcançadas plenamente outros indicadores tiveram desempenho acima de 80 % e alguns com desempenho abaixo do esperado

Como se pode observar, diferentemente de todos os outros períodos avaliatório nem todas as metas de atendimento ao público foram atingidas integralmente. Isso está associado, conforme descrito na introdução à ampliação das metas de atendimento associado ao planejamento de ampliação das equipes de ponta e de novas ações que no 1º período do aditivo tiveram que ser suspensas devido a contingenciamento de recursos e também no seu mês final ao início da pandemia.

Como se sabe desde o final de março de 2020, o Estado de Minas, bem como o país como um todo tem passado por grandes desafios impostos pela pandemia do novo Coronavírus – COVID 19. Especificamente para o Contrato de Gestão, desde sua assinatura, o final do 5º PA e o 6º PA se caracterizaram por incertezas e ajustes estruturais e conjunturais sem precedentes. A Política de Prevenção, na totalidade de seus programas, é marcada pelo contato, acolhimento, reconhecimento e presença nas comunidades e perante o público para o qual é destinada e oferta serviços. Assim, a definição de estratégias de isolamento social para garantir a segurança das pessoas e minimizar a disseminação do vírus afetou de maneira estrutural a forma de trabalho de todos os programas. Toda estratégia de atendimento do Fica Vivo, por exemplo, é fundamentada na relação de proximidade e conhecimento entreicineiros e jovens das comunidades onde o programa atua. De forma similar, os atendimentos e estratégias de mobilização social implementados pelo programa Mediação de Conflitos têm com fundamento o conhecimento aprofundado dos problemas e conflitos vivenciados cotidianamente pelas pessoas e comunidades. De modo aproximado, o acompanhamento proposto por CEAPA e PRESP acerca das vulnerabilidades do público também depende de um contato regular com os usuários desses programas. Assim, ao

mudar a lógica de acesso aos usuários, os programas tiveram que estabelecer novas estratégias para manter atuante a Política de Prevenção. De forma paralela a toda essa mudança e também associada a ela, a grave crise financeira vivenciada pelo Estado foi ampliada e o Contrato de Gestão foi ainda mais afetado nesse processo. Por isso, o Instituto Elo, em conjunto com a SUPEC e orientado por ela, teve que adotar medidas para tentar amenizar e tornar possível a continuidade da sua execução num contexto de restrição ainda maior de recursos. Diante da necessidade de adaptação orçamentária e operacional, foram adotadas as seguintes medidas de engenharia financeira e administrativa no período avaliatório:

- a) Suspensão de todos os contratos de oficinas devido à inviabilidade de execução de atividades que implicavam na aglomeração de pessoas;
- b) Aplicação da modalidade de teletrabalho para a maioria das equipes técnicas nos meses de abril e junho;
- c) Redução da jornada de trabalho em 25% por um mês para 90% dos profissionais;
- d) Aplicação de férias coletivas para 90% dos profissionais com utilização do passivo trabalhista, o que implicou na economia de um mês de custos correntes do Contrato de Gestão;
- e) Desligamento de 89 funcionários para readequação orçamentária com a suspensão das atividades de 9 Unidades de Prevenção;
- f) Rescisão do Contrato de Prestação de Serviços de 105 oficineiros;
- g) Desligamento de todos os estagiários da política de prevenção.

Todas essas medidas foram necessárias para ajustar financeiramente o Contrato de Gestão e deram origem ao seu III Termo Aditivo. Isso também permitiu que a Política de Prevenção continuasse seu funcionamento, mesmo que de forma diferente, praticamente sem a existência de repasse financeiro durante todo o período avaliatório. Obviamente isso tem consequências, o volume de atendimentos diminuiu significativamente. Apesar dos resultados abaixo do esperado, ressaltamos o esforço da instituição e as SUPEC para a superação das dificuldades inerentes ao contexto econômico e de dificuldade de planejamento inerentes a estes três primeiros meses do ano.

5 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:42:59 do dia 07/07/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/01/2021.

Código de controle da certidão: **6F9B.BC0E.9B7A.3001**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.514.913/0001-75
Certidão n°: 15711022/2020
Expedição: 09/07/2020, às 13:27:04
Validade: 04/01/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **07.514.913/0001-75**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75

Razão Social: INSTITUTO ELO

Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG /
30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/09/2020 a 14/10/2020

Certificação Número: 2020091504250064753425

Informação obtida em 17/09/2020 10:44:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
09/07/2020CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
07/10/2020

NOME: INSTITUTO ELO

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA

NÚMERO: 284

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180060

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

--

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2020000408133653



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABIMILKKMJ**

Documento/Certidão nº **13.904.421** Exercício: **2020**

Emissão em: **05/10/2020**

Requerimento em: **10:42:20**

Validade: **04/11/2020**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2020.

Gleiber Gomes de Oliveira
Diretor Presidente
Instituto Elo